

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO LUBANGO- HUÍLA-ANGOLA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE MUNICIPALITY LUBANGO- HUÍLA-ANGOLA: AN INTERSECTIONAL ANALYSIS

Felizbela Kuyela Alberto Miranda¹

RESUMO

No presente artigo, abordaremos numa perspectiva interseccional a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município do Lubango – Angola, tendo por objetivo entender a realidade e as relações socioeducacionais dos indivíduos que frequentam essa modalidade de ensino nesse município. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental tendo como base a análise do currículo formal e dos manuais didáticos utilizados no ensino de jovens e adultos, especificamente o material de apoio do Método Sim, Eu Posso, os manuais dos Módulos I, II e III do método Para Gostar de Ler e Escrever e o Currículo educacional do Primeiro Ciclo.

Palavras-chaves: Educação de jovens e adultos no Lubango- Huíla- Angola; Currículo; Interseccionalidade.

ABSTRACT

This article explores Youth and Adult Education (EJA) in the municipality of Lubango, Angola, from an intersectional perspective, with the aim of understanding the realities and socio-educational relationships of individuals participating in this mode of education. The study employs bibliographical and documentary research methods, focusing on the analysis of the formal curriculum and the instructional materials used in youth and adult education. Specifically, it examines the support materials from the "Sim, Eu Posso" Method, the manuals from Modules I, II, and III of the "To Enjoy Reading and Writing" method, and the First Cycle educational curriculum.

Keywords: Youth and adult education; Lubango-Huíla-Angola; Curriculum; Intersectionality

234

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Bacharel em Humanidades e Licenciada em Pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Pós-Graduada em Neuropsicopedagogia pela Faculdade do Maciço do Baturité. e-mail: felizbelamiranda@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os processos de alfabetização realizados em Angola após a conquista da independência colonial tinham como objetivo proporcionar noções elementares aos angolanos para responderem aos desafios impostos a uma nação que acabava de surgir no continente africano e no mundo, contudo, muitos eram os desafios a serem enfrentados, uma vez que Angola, se encontrava em meio a várias situações desfavoráveis. Um ano após a independência, Angola passou por uma guerra civil que perdurou por quase trinta anos (1976-2002), o número de analfabetos era de cerca de 85% da população, somado as antigas dificuldades havia poucas escolas e as poucas que haviam não possuíam infraestruturas adequadas para os processos de ensino e aprendizagem.

Compreendendo historicamente a educação no município do Lubango durante o período colonial, dois aspectos são essenciais, o primeiro diz respeito a segregação racial e o segundo a segregação de gênero. Desde o período colonial, o município do Lubango foi referência no campo educacional, foi uma das primeiras cidades de Angola a possuir um Liceu, uma escola Industrial e Comercial, um Instituto Agrícola e uma Instituição do Ensino Superior para formação de professores, porém, essas instituições de ensino formal eram exclusivas à elite.

Durante o período colonial em Angola, havia uma diferença entre a educação oferecida ao povo nativo africano e a educação oferecida aos portugueses e seus descendentes

[...] na década de 1950, há muitos relatórios sobre o problema do acesso às escolas para indígenas e as péssimas condições de vida dos estudantes angolanos em contraposição ao acesso escolar dos brancos e dos assimilados. Entendemos que, pela proximidade com a Metrópole, em Angola há uma expectativa maior de mobilidade social pelo investimento educativo, daí termos mais queixas sobre a educação prometida que não se concretizava. As queixas partiam de todos os lados: de missionários, de intelectuais do regime e de angolanos funcionários da administração e outros trabalhadores que reclamavam uma escola mais adequada para seus filhos, iguais às da Metrópole, conforme se propagava. (Silva, 2019, p.8-9)

Segundo Libertato (2014) a educação voltada para o povo nativo “tinha como objetivo a evolução das sociedades arcaicas ou atrasadas no sentido do progresso civilizacional”, desse modo para os africanos havia uma instrução literária limitada ao aprendizado da leitura, escrita e fala da língua portuguesa, a noções básicas das quatro operações aritméticas, ao conhecimento da moeda corrente e outras questões voltadas a moral e a vida social dos indivíduos. O que segundo Gomes (2012) se constituía em um ensino que não se limitava só na diminuição do africano seus hábitos, costumes e cultura, mas também no africano em si.

Como abordado acima, o ensino no município do Lubango era também separado por gênero sendo que os cursos técnicos e exatos eram destinados aos homens, e para as mulheres os cursos eram voltados a questões relacionadas ao lar, o que envolvia costura, culinária, etiquetas e cursos teóricos.

Prevalecia a instrução técnica e profissional em detrimento da instrução literária e humanística. Para tal, foram criadas as escolas-oficinas para as raparigas e para os rapazes, em separado. Para as raparigas, a instrução ministrada consistia no: Ensino teórico e prático da instrução literária em grau primário elementar; ensino de costura e trabalhos domésticos e de quaisquer profissões compatíveis com o seu sexo; educação moral e cultura física. (idem, p. 103) De modo semelhante, para os rapazes, a instrução consistia essencialmente em: Ensino teórico e prático da instrução literária, em grau primário elementar; ensino primário técnico de artes e ofícios e educação moral e cultura física. (idem, ibidem) [...] Os africanos transformaram-se, assim, em súbditos, e não em cidadãos, pois, tendo muitos deveres, usufruíam de poucos ou nenhuns direitos [...] Desse modo, foram elaboradas duas políticas educativas: a educação oficial, destinada aos filhos dos colonos, e a educação especialmente destinada aos indígenas. (Liberato, 2014, p.1008-1010).

Compreendendo um pouco mais as questões de discriminação ou segregação de raça e gênero, nos Estados Unidos da América, que não difere muito da realidade de territórios que passaram por processos de colonização europeia, Crenshaw (2002) traz uma reflexão quando aborda sobre a disponibilidade de empregos onde

[...] havia empregos para negros, mas esses empregos eram só para homens.
Havia empregos para mulheres, mas esses empregos eram só para mulheres

brancas. Na General Motors, os empregos disponíveis aos negros eram basicamente o de postos nas linhas de montagem. Ou seja, funções para homens. E, como ocorre frequentemente, os empregos disponíveis a mulheres eram empregos nos escritórios, em funções como a de secretária. Essas funções não eram consideradas adequadas para mulheres negras. Assim, devido à segregação racial e de gênero presente nessas indústrias, não havia oportunidades de emprego para mulheres afro-americanas. Por essa razão, elas moveram um processo afirmando que estavam sofrendo discriminação racial e de gênero. (Crenshaw, 2002, p. 10)

Era de interesse do colonizador que o povo nativo possuísse apenas o básico da educação, como ler, escrever e fazer contas básicas, para operarem em suas fábricas. Como consequência dessa estrutura educacional portuguesa, a população nativa angolana teve uma formação educacional muito precária, que o impossibilitou de dar segmento na educação após a independência colonial.

1. A EJA NO MUNICÍPIO DO LUBANGO - HÚILA - ANGOLA

237

De acordo com os (Estatutos da Alfabetização 2000), a alfabetização em Angola tem uma duração de um ano, com continuação de três anos abrangendo a 2ª, 3ª e a 4ª classe do ensino primário, sendo obrigatoriamente ministrada em regime presencial, é de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, porém, pode ser ministrada por ONGs, Associações comunitárias, Igrejas, Fundações, Sindicatos, Entidades Públicas ou Privadas. A alfabetização é totalmente gratuita, tendo igualdade de condições no que diz respeito ao acesso e permanência escolar sendo ofertada tanto na língua portuguesa como nas línguas nacionais.

No ano de 2002, o Ministério da Educação de Angola criou especificamente para a EJA o Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE), que entrou em vigor no ano de 2007, dispondo de cinco métodos de alfabetização nomeadamente o método Para Gostar de Ler e Escrever; Sim, eu posso; Dom Bosco; Aplica; e o método Laubach. Contudo os objetivos delineados nesse programa em uma primeira fase não foram plenamente alcançados,

isso porque era pouco o número de profissionais adequadamente formados para lecionarem de uma forma eficaz, o que de certo modo fazia com que a aplicabilidade destes não se efetivasse

Em 2012, foi aprovado pelo Decreto Presidencial nº 86/12 de 16 Maio o Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização, uma estratégia de relançamento da alfabetização e a recuperação do atraso escolar para o período de 2006-2015, teve uma duração de cinco anos de 2012 a 2017 tendo como objetivos o crescimento dos níveis educativos de Jovens e Adultos; Reduzir os índices de analfabetismo literal e funcional; Integrar o processo de alfabetização nos programas de desenvolvimento rural e contribuir no combate à fome e a pobreza. Os principais condicionantes desse plano eram a insuficiência de recursos financeiros, dificuldade administrativa e lógica para o pagamento dos subsídios. Este programa também não conseguiu alcançar maior parte de seus objetivos.

2. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS E CURRÍCULOS DA EJA (CURRÍCULO FORMAL, CURRÍCULO REAL)

238

No município do Lubango os métodos de ensino que vigoram para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos são os materiais de apoio ou cartilha do método “Sim, Eu Posso” e os livros didáticos do método “Para Gostar de Ler e Escrever” nos módulos I, II e III e seus respetivos projetos pedagógicos.

Figura 1: Capa do material (cartilha) Sim, Eu Posso.



De uma forma resumida a cartilha Sim, Eu posso tem como objetivo proporcionar a/ao alfabetizanda/o o conhecimento das vogais, das consoantes, dos dígrafos e um conhecimento básico das quatro operações matemáticas. Trata-se de um material que não contempla as diversas faixas etárias que compõe a EJA no município, o que de certo modo gera um ensino infantilizado. O método utilizado gera, não em sua plenitude, um aprendizado mecanicista onde através destas as/os alfabetizadoras/es trabalham as letras, fonemas e números.

Figura 2: Capas dos materiais dos métodos Para Gostar de Ler e Escrever.



Trata-se de manuais criados com o objetivo de fornecer as/aos professoras/es instrumentos que possam apoiar seu trabalho, foi elaborado de modo integrado, flexível e dinâmico para permitir uma variedade de combinações, ênfases e formas complementares de concretização de aprendizagem e para tal deve ser utilizado pelas/os professoras/es como fonte de informação científica didática e metodológica, fonte de inspiração para a preparação das aulas de alfabetização a fim de ser um instrumento para a iniciação da leitura e escrita. Deve ser levado em consideração pelas/os professoras/es as experiências quotidianas das/os alfabetizandas/os a fim de ser significativo o aprendizado e facilitado o processo de alfabetização.

Cada módulo dos materiais Para Gostar de Ler e Escrever possui dentre três a quatro projetos, a característica fundamental dos manuais seriam o respeito ao princípio pedagógico

da interdisciplinaridade e da contextualização dos conteúdos, é baseado no princípio de que a/o aluna/o é “construtor reflexivo, expressivo e transformador dos saberes”. Sua dinâmica tem base em uma ação dialógica.

Os princípios pedagógicos que norteiam este material didático englobam a identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização. Além disso, parte-se do conceito de aluno como sujeito construtor reflexivo dos próprios saberes, expressivo e transformador, tendo em vista uma concepção epistemológica interacionista do conhecimento. Deste modo, a dinâmica proposta neste material tem por base uma ação dialógica que, por sua vez, implica um processo dialético de reflexão-ação-reflexão, de inserção crítica na realidade e de problematização de toda a atividade docente educativa. (MÉTODO PARA GOSTAR DE LER E ESCREVER, MÓDULO 2, 2012, p.5)

Nos materiais podemos observar conteúdos de debates e trazem mudanças atitudinais e desenvolvimento procedimental, possui uma linguagem adequada e acessível. Há um projeto inteiro focado no ensino sobre o mundo do trabalho, porém não se observa temáticas voltadas à discussão da educação e sua importância nesse processo, o que remete a educação oferecida no período colonial, educação que oferecia um ensino básico para manterem esse grupo nos postos baixos do mercado de trabalho.

2.1. Processos avaliativos dos manuais Para Gostar de Ler e Escrever

Dentre os processos avaliativos constam o envolvimento das/os alfabetizadas/os na leitura e reescrita dos textos, a participação e habilidades coletiva e individual nas apresentações e boa convivência nos trabalhos em equipe; Auto avaliação tendo em consideração o grau de empenho da/o aluna/o, sua participação e criatividade, seu interesse sobre o tema tratado no projeto, apoio do/a alfabetizador/a e comportamento dos colegas; Portfólio feito pela/o aluna/o e o/a alfabetizador/a contendo as atividades de escrita e leitura que a/o aluna/o mais gostou, qual mais precisou de ajuda, qual realizou sozinha/o e quatro atividades escolhidas pelo/a alfabetizador/a que demonstrem hipóteses de leitura e escrita de cada um dos alunos; Avaliação formativa onde seriam avaliados a escrita e leitura do próprio

nome, escrita e leitura de quatro palavras e uma frase, escrita e leitura de um pequeno texto, reconhecimento das letras, associação das letras com o som das iniciais de palavras, reconhecimento de letras e das unidades linguísticas, reconhecimento e utilização prática dos números naturais em situações matemáticas simples; Atitudes de respeito e solidariedade para com os colegas, tanto na elaboração do material, como na apresentação dos mesmos; Adaptação e recriação de músicas, poesias ou relatos relacionados a identidade sendo apresentada através da dramatizações, recitais; Avaliação aferida feita pelo/a alfabetizador/a; A avaliação final constitui a apresentação em uma audiência um trabalho que resgate e dê continuidade à tradição oral; Organização de uma palestra; Elaboração de uma situação problema que será solucionada em uma simulação de um julgamento.

3. METODOLOGIA

Para se alcançar os resultados, nos dispusemos do método bibliográfico onde procuramos através de obras de autoras/es que discutem questões relacionadas a temática trouxemos uma discussão sobre Educação de Jovens e Adultos no Lubango - Huíla, currículo e descolonização. Análisamos legislações relacionadas a modalidade de ensino em Angola, bem como os materiais didáticos usados no processo de ensino e aprendizagem especificamente o material de apoio do Método Sim, Eu Posso, os manuais dos Módulos I, II e III do método Para Gostar de Ler e Escrever e o Currículo do Primeiro Ciclo. A escolha de cada um dos meios para a obtenção de dados se deu em razões da limitação encontrada no contexto do campo pesquisado, despreço e indisponibilidade por parte de muitos diretores de escolas em que a modalidade de ensino é ofertada.

4. ANÁLISE DO CURRÍCULO FORMAL E REAL

Na modalidade de EJA no município do Lubango, o currículo formal existe somente a apartir do primeiro ano do primeiro ciclo, que consequentemente é o currículo usado para a modalidade regular. As disciplinas especificadas pelo currículo formal nesse nível de ensino

são Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Inglês/Francês), Matemática, Biologia, Física, Química, Geografia, História, Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Visual e Plástica e Educação Laboral.

Um dos objetivos do currículo formal do primeiro ciclo é o de capacitar as/os estudantes para que estas/es possuam saberes e habilidades dentre as quais usar as línguas estrangeiras (inglês/francês) afim de se comunicar adequadamente em situações necessárias e para “apropriação de informações”, ter a capacidade de acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas, intervir crítica e ativamente na sociedade, conhecer as normas e técnicas tecnocientíficas que permitem sua inserção no mundo do trabalho, adotar metodologias de aprendizagem e trabalho para ajudar no desenvolvimento do país, ter conhecimento das leis que regulam a preservação do meio ambiente e a melhoria e qualidade de vida, possuir a capacidades que a/o permitem observar, analisar, abstrair e generalizar os fatos e fenômenos em geral, ter juízo crítico em relação a problemas sociais como aspectos populacionais, ambientais e de saúde, ter a capacidade de transformar conhecimentos em prol do desenvolvimento da sociedade.

Para Moreira e Candau (2007) está associado a palavra currículo distintas concepções consequentes de diversos modos de como a educação é concebida historicamente.

Diferentes fatores sócio-econômicos, políticos e culturais contribuem, assim, para que currículo venha a ser entendido como: (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.[...] No currículo se sistematizam nossos esforços pedagógicos. O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. (Moreira, Candau, 2007, p.17-19).

Maior parte dos objetivos delineados no currículo formal não fazem parte do currículo real, com excessão da capacitação nas línguas estrangeiras inglês e francês, as/os estudantes tanto da EJA como do ensino regular concluem o primeiro ciclo sem possuir maioria das qualidades delineadas pelo currículo. Uma das maiores dificuldades do Ministério da Educação de Angola é a compreensão e aplicação da diversificação e contextualização do ensino, essa inflexibilidade se dá pelo fato de não existir uma representatividade regional fora da capital Luanda na produção dos conteúdos e na construção dos currículos. Tanto os módulos Para Gostar de Ler e Escrever quanto o currículo formal, foram projetados sem levar em consideração o público alvo, sua diversidade, especificidades bem como seu contexto. O que contradiz o ensino contextualizado proposto nos objetivos dos projetos.

Outra característica pedagógica fundamental da educação para a consciência crítica diz respeito à centralidade do diálogo entre as diferenças de experiência e poder para criar conhecimento. Em um conceito dialógico de educação, a aprendizagem implica compartilhar conhecimento com uma comunidade de educandos e educandas. Para pesquisadores que trabalham com jovens, os projetos de pesquisa-ação participativa, em que participantes coinvestigam em vez de ser apenas sujeitos do estudo, podem promover perguntas de melhor qualidade e produzir conhecimentos relevantes. (Collins & Bilge, 2021, p. 241)

O ensino da língua portuguesa é imposta muitas das vezes à aqueles que pretendem se sobressair profissionalmente, para quem pretende ter benefícios sociais, acadêmicos e outros mais precisa ter domínio da norma culta da língua portuguesa, segundo Castiano (2005) o que é uma realidade dos PALOP “Difícilmente uma pessoa seria escolhida, para posições de cargos públicos superiores, se ela não domina e não consegue articular-se bem no idioma oficial.”

“[...] Relacionar os conhecimentos técnico-científicos com a resolução dos problemas nacionais possibilitando uma melhor reflexão sobre o meio onde vive; Formar o indivíduo, a fim de capacitar para uma melhor análise e compreensão dos problemas a nível nacional, regional e internacional; [...]Formar um indivíduo capaz de compreender os problemas do País participando na vida social à luz dos princípios democráticos.” (Octávio, 2011, p.11)

O currículo real da Educação de Jovens e Adultos exceto no Primeiro Ciclo é fundamentado somente nos livros didáticos analisados, e em sua maioria não supre as necessidades educacionais das/os alunas/os do município do Lubango, e de certa forma acaba infantilizando uma vez que parte dos materiais são baseados nos livros didáticos do Ensino Primário regular, para a EJA é necessário um ensino mais elaborado. Outra questão a ser refletida e aplicada pelo Ministério da Educação é sobre a caducidade dos materiais didáticos uma vez que os mesmos acabam por vigorar por dez anos sem passarem por revisão e atualização dos conteúdos que ficam estagnados e acabam não acompanhando as mutações que a sociedade sofre a cada tempo que passa.

Analizando o conteúdo dos materiais do módulo Para Gostar de Ler e Escrever fica evidente que são materiais projetados para as necessidades educacionais de estudantes da província de Luanda o que não se aplica as/aos estudantes de outras regiões de Angola.

[...] aparentar os mesmos modos, o mesmo comportamento e sobretudo seguir a mesma agenda científica e tecnológica do ocidente seria no mínimo contraproducente para as nossas sociedades. Imitando, os cientistas e os intelectuais africanos bebem o cânon inteiro da ciência tal e qual ele é praticado no ocidente, sem antes se preocuparem com a questão se as tecnologias e o saber científico respondem de modo apropriado aos problemas que os países africanos enfrentam. (Castiano, 2005, p.7).

Segundo Sanceverino (2016), “Para compreendermos como os sujeitos se educam, precisamos de contexto, das visões e ações de outras pessoas, que sejam apresentadas suas vozes, na sua inteireza.”, é crucial na construção de um currículo se levar em consideração os saberes e a cultura regional. Com isso não se quer dizer que temáticas de outros territórios não podem ser incluídos, o que não deve ocorrer é a sobreposição ou o apagamento de um conhecimento sobre outro.

A participação curricular constitui a porta principal aberta por onde vão entrar na escola os saberes locais. A participação da comunidade no desenho dos conteúdos assumiu formas como o uso dos idiomas maternos na instrução de certas disciplinas, o convite para os artesãos locais (como pessoas de recursos) para ensinarem certos conteúdos por eles dominados, adoção de oficinas locais como centro de recursos para os alunos

realizarem visitas/excursões, o ensino da história local pelas pessoas mais velhas, o ensino de usos e costumes locais pelos habitantes idosos, etc. (Castiano, 2005, p.14)

O que ocorre também com a questão das línguas, onde há a obrigatoriedade do ensino de aprendizado das línguas estrangeiras e não há o mesmo empenho ou rigorosidade no que diz respeito ao ensino e aprendizado das línguas nacionais e locais que são garantidas por lei. Questões como as que abordamos refletem o legado colonial no ensino angolano.

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciámos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do carácter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. No entanto, é importante considerar que há alguma mudança no horizonte. A força das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos tende a aumentar cada vez mais nos últimos anos. As mudanças sociais, os processos hegemônicos e contra-hegemônicos de globalização e as tensões políticas em torno do conhecimento e dos seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente introduzem, cada vez mais, outra dinâmica cultural e societária que está a exigir uma nova relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento. (Gomes, 2012, p.102).

Entende-se levando em consideração o histórico educacional lubanguense que não é possível trazer uma solução instantânea e definitiva para todos os problemas da EJA no município do Lubango uma vez que são muitas as dificuldades encontradas, soluções para tais precisam ser implementadas gradativamente e levam tempo para serem incorporadas no sistema educativo. Tendo em conta os resultados dessa pesquisa, encontramos várias questões que necessitam de mudança nos processos de ensino e aprendizagem da EJA no município referente. Contudo certos aspectos devem ser levados em consideração, no currículo de todas as instituições responsáveis pela formação de professoras/es não há componentes que abordam sobre a Educação de Jovens e Adultos.

[...] à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta

anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia. (Freire, 1996, p.15)

Para se alcançar uma formação eficiente e formar seres ilimitadas que entendam e usem seu potencial, que percebam que podem ir além de assinar seus nomes nos documentos é necessário profissionais devidamente capacitados para lidarem com os desafios que a EJA oferece para lecionar nessa modalidade de ensino é requisitado ter no mínimo oitavo ano do ensino fundamental, o que de certo modo limita a alfabetização ao ensino da escrita e da leitura mecânica, mas que não forma amantes da leitura e escrita.

É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. [...] Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente (Freire, 1996, p.13-14).

Observando as referências usadas tanto nos manuais dos módulos usados para essa modalidade quanto o currículo do primeiro ciclo podemos ver que na seleção das obras que seriam base para a criação e construção destes não consta autoras ou autores angolanos, africanos ou afrocentrados, refletindo deste modo a abstração do que é local nos processos de ensino e aprendizagem.

5. CONCLUSÕES

Compreende-se que para se alcançar uma Educação de Jovens e Adultos de qualidade, há um longo percurso a ser percorrido. Pelos resultados que essa modalidade mostrou até hoje, é visível que o trabalho feito em prol da Educação de Jovens e Adultos no município do Lubango não tem sido suficiente, os meios e métodos usados não tem abrangido as intersecções que compõe essa modalidade de ensino. Há uma precarização na garantia dos direitos educacionais, isso se compreende quando nos deparamos com um currículo que não contempla todas as intersecções da EJA, tanto em termos de idade quanto em termos socioculturais e identitários. Na penúltima página da cartilha Sim, Eu posso por exemplo, encontra-se a afirmação “Já posso ler” e em seguida encorajam as/os alunas/alunos a fazerem da leitura um costume diário, ante a esses dizeres e levando em consideração a estrutura precária das escolas que ofertam a EJA, questiona-se como poderão as/os estudantes criar o gosto pela leitura se não há bibliotecas nem outros livros além dos materiais didáticos? Não há na EJA, e em nenhuma outra modalidade de ensino de base lubanguense materiais e espaços que promovam a cultura da leitura.

Em meio a tudo isso, mudanças se fazem necessárias, fortificar os vínculos frágeis que as/os estudantes dessa modalidade de ensino tem com a escola do contrário pessoas que compõe esse grupo estarão condenados ao último lugar na hierarquia de prioridades socioeducacionais. Se faz necessário uma mentalidade interseccional por parte daqueles que fazem parte da criação dos currículos educacionais angolanos.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, Ministério da Educação de **Estatutos da Alfabetização**, Luanda, 2000.

CASTIANO, P.J. **O currículo local como espaço social de coexistência de discursos:** estudo de caso nos distritos de báruè, de sussundenga e da cidade de chimoio – moçambique. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 1, n. 1, 2005.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. **Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero**. Trad. Liane Schneider. Estudos Feministas, ano 10, n.1: p. 171-188, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GODOY, S. A. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, N. L. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Revista Currículo sem fronteiras. v.12, n.1, p. 98-109, 2012.

GRILO, L. M. A. *et. al.* **Método Para Gostar de Ler e Escrever, Modulo 2**, 3. ed. Luanda, 2012.

GRILO, L. M. A. *et. al.* **Método Para Gostar de Ler e Escrever, Modulo 1**. 3. ed. Luanda: Letras, 2014.

GRILO, L. M. A. *et. al.* **Método Para Gostar de Ler e Escrever, Modulo 3**. 3. ed. Luanda: Letras, 2014.

INSTITUTO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO. **Sim Eu Posso**, Pueblo y Educación, 2012.

LIBERATO, E. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, v.19, n.59, p.1003-1031, 2014.

MOREIRA, A, F, B.; CANDAU, M, V. Currículo, Conhecimento e Cultura. *In*: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S.D.; NASCIMENTO A. R. (org.). **Indagações sobre currículo: Currículo Conhecimento e Cultura**. Brasília, 2007. p. 17-43.

OCTÁVIO, M, J. **Currículo do 1.º Ciclo do Ensino Secundário**. 2. ed. Luanda: INIDE, 2011.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. S Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SANCEVERINO, A. R. **Mediação pedagógica na educação de jovens e adultos:** exigência existencial e política do diálogo como fundamento da prática. Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 65, Rio de Janeiro, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216524>

SILVA, G. S. **Salazarismo e educação colonial em África:** Angola e Moçambique em perspectiva comparada. ANPUH- Brasil- 30º Simpósio Nacional de História- Recife, 2019.

Submetido: 24/10/2022

Aprovado: 25/08/2023